



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ

GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI

Projeto de Lei nº 86 /2025.

Autor: Executivo Municipal

**Dispõe Sobre as diretrizes
para elaboração da Lei
Orçamentária de 2026.**

20/06/25
Lancei



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ**

Projeto de Lei nº /2025

**Dispõe Sobre as diretrizes para elaboração da Lei
Orçamentária de 2026.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ/RS, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, em cumprimento ao Art. 61, IV da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as diretrizes orçamentárias do Município, compreendendo:

- I** – as diretrizes, objetivos e metas da administração para o exercício proposto, em conformidade com o plano plurianual;
- II** – a estrutura, organização e diretrizes para a execução e alterações dos orçamentos do Município;
- III** – as disposições relativas às despesas com pessoal;
- IV** – as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

Parágrafo único. Faz parte integrante desta Lei:

- I** – Previsão da Receita para 2026/2027/2028.
 - a)** Anexo da previsão da receita por categoria econômica e origem;
- II** – Anexo contendo as diretrizes, objetivos e metas para 2026.
- III** – Metas anuais de resultado nominal, primário e dívida pública para os exercícios de 2026/2027/2028;
- IV** – Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- V** – Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- VI** – Evolução do patrimônio líquido;
- VII** – Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
- VIII** – Receitas e despesas Previdenciárias do RPPS.
- IX** – Projeção Atuarial do RPPS.
- X** – Estimativa e compensação da renúncia da receita.
- XI** – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- XII** – Demonstrativo de riscos fiscais e providências.
- XIII** – Planejamento de despesas com pessoal - Quadro de cargos, empregos e funções com as previsões para 2026, nos termos do art. 169, § 1º da Constituição Federal.

**CAPÍTULO II
DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ

Projeto de Lei nº /2025

Art. 2º - Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as prioridades para o exercício financeiro de 2026 são as especificadas no anexo III do parágrafo único do artigo anterior.

§1º. Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possuem caráter indicativo e não normativo.

§2º. Para efeitos de execução orçamentária os indicadores de desempenho, associados aos objetivos dos programas de programa, bem como as alterações nas ações relativas ao produto, a unidade de medida e a quantificação física, poderão ser alterados pelo Poder Executivo, devendo este comunicar as alterações ao Legislativo para efeitos de acompanhamento da execução orçamentária prevista na Constituição da República, art. 166, §1º, inciso II.

§3º. Os códigos dos programas, projetos, atividades e operações especiais deverão ser os mesmos utilizados no Plano Plurianual.

CAPÍTULO III
A ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Seção I
Da Apresentação do Orçamento

Art. 3º - O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da Fazenda Municipal.

Art. 4º - O orçamento discriminará a despesa por órgão e unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação até o nível de elemento de despesa.

§1º. Fica autorizada a criação de desdobramentos de despesa e transferência de valores entre um mesmo elemento de despesa.

§2º. As vinculações orçamentárias (destinação e fonte de recursos) poderão ser alteradas por ato do Poder Executivo para atendimento das necessidades de execução orçamentária.

Art. 5º - A lei orçamentária discriminará em unidades orçamentárias específicas as dotações destinadas:

I – a fundos especiais;

II - às ações de saúde e assistência social;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ**

Projeto de Lei nº /2025

III - ao regime próprio de previdência social;

IV - à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

V - Encargos e despesas comuns a todas as unidades orçamentárias denominada Encargos Gerais do Município.

Art. 6º - O projeto de lei orçamentário que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo será constituído de:

I - tabelas explicativas da receita e da despesa do Município de forma integrada, inclusive metodologia e premissa de cálculos, nos termos do que dispõe o art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 22 da Lei 4.320/64;

II - Anexos orçamentários 1, 2, 6, 7, 8 e 9 da Lei 4.320/64;

III - Descrição sucinta de cada unidade administrativa e de suas principais finalidades com indicação da respectiva legislação (parágrafo único do art. 22 da Lei no 4.320/64);

IV - Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação (inciso III, do §1º, do art. 2º da Lei 4.320/64);

V - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais (inciso I, do §2º do art. 2º da Lei 4.320/64);

VI - Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia da receita (LC no 101, art. 5o, I);

VII - Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (LC no 101, art. 5o, I);

VIII - Demonstrativo das aplicações nas Ações e Serviços Públicos de saúde;

IX - Demonstrativo das aplicações na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Fundeb;

X - Relação dos compromissos (convênios e contratos) firmados para 2026 com os respectivos créditos orçamentários (não-obrigatório);

XI - Anexo de compatibilidade do orçamento com o anexo de metas fiscais LRF, Art. 5º, I, contendo:

Compatibilidade com o resultado primário; Compatibilidade com o resultado nominal;

XII - Anexo demonstrativo da receita corrente líquida (LC nº 101, art. 12, §3º);

XIII - Anexo demonstrativo da despesa com pessoal do Executivo, do Legislativo e consolidado do Município;

XIV - Anexo demonstrativo dos limites do Poder Legislativo: gastos totais (CF, art. 29-A); folha de pagamento (CF, art. 29-A, §1º);

limite individual dos subsídios conforme subsídio dos deputados estaduais (CF, art. 29, VI);

limite de 5% da receita com a remuneração dos vereadores (CF, art. 29, VII);

XV - Anexo demonstrativo do limite de gastos administrativos do Regime Próprio de Previdência Social (somente se o Município tiver RPPS);

XVI - Anexo demonstrativo da receita e da despesa por destinação e fonte de recursos;

§1º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ

Projeto de Lei nº /2025

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira informando saldos de créditos especiais, situação esperada dos restos a pagar ao final do exercício e outros compromissos financeiros exigíveis;

II - justificativa (metodologia de cálculo) da estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e da despesa;

§2º. O envio do projeto de lei, bem como os anexos orçamentários pelo Poder Executivo e o autógrafo elaborado pelo Poder Legislativo, deverão se dar, preferencialmente, em meio eletrônico.

§3º. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas tributárias e transferências arrecadadas e previstas até o final do exercício corrente, bem como a previsão da receita corrente líquida prevista para o exercício a que se refere a proposta orçamentária e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 7º - Para efeito do disposto neste capítulo o Poder Legislativo do Município e as entidades da Administração Indireta encaminharão, ao Poder Executivo, até 30/09/2025, sua respectiva proposta orçamentária parcial, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

Seção II

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 8º - A Lei orçamentária conterá reserva de contingência, desdobradas para atender às seguintes finalidades:

I – cobertura de créditos adicionais;

II – atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

III – 1,2% da Receita Corrente Líquida (RCL) prevista para o exercício de 2026, encaminhado pelo Poder Executivo, para Emendas Impositivas Individuais;

§1º. A reserva de contingência, de que trata o inciso II do caput, será fixada em, no mínimo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida, e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

§2º. Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência de que trata o inciso II do caput não precisará ser utilizada para sua finalidade, no todo ou em parte, o Chefe do Executivo poderá utilizar 50% (cinquenta por cento) até o primeiro semestre, desde que haja certeza razoável da não ocorrência de passivos contingentes e riscos fiscais e restante do saldo até o encerramento do exercício para dar cobertura a outros créditos adicionais, legalmente autorizados na forma dos artigos 41, 42 e 43 da Lei nº 4.320/1964.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ

Projeto de Lei nº /2025

§3º. Não será considerada, para os efeitos do percentual de que trata o caput, a reserva à conta de receitas vinculadas dos fundos e das entidades da administração indireta de previdência própria e outros fundos e entidades, cuja utilização fica autorizada até o limite previsto na Lei Orçamentária.

Art. 9º - Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000:

I - entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3o, do art. 16 da LC nº 101/2000, aquelas cujos valores não ultrapassarem os limites a que se referem os incisos I, II e parágrafo único do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993;

II - o impacto orçamentário e financeiro, assim como a declaração do ordenador da despesa, integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, para as despesas de que trata o art. 16 da LC no 101, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3o do art. 182 da Constituição;

Art. 10. O Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8o da Lei Complementar no 101 de 2000, com vistas a manter durante a execução orçamentária o equilíbrio entre as contas e a regularidade das operações orçamentárias, bem como garantir o atingimento das metas de resultado primário e nominal.

§1º. Para fins de elaboração da Programação Financeira e Cronograma de Desembolso do Poder Executivo, o Poder Legislativo e as entidades da Administração Indireta, em até dez dias da publicação da Lei Orçamentária, encaminharão ao Executivo a sua proposta parcial, para efeitos de integração.

§2º As receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação por destinação de recursos com a especificação, em separado, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Seção III

Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias Compreendidas os Créditos Adicionais Destinados ao Poder Legislativo

Art. 11. O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2026, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de até 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências tributárias do Município arrecadadas em 2025, nos termos do art. 29-A da Constituição da República.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ

Projeto de Lei nº /2025

Parágrafo único. Em caso da não-elaboração do cronograma de desembolso, os duodécimos ao Legislativo se darão na forma de parcelas mensais iguais e sucessivas, respeitados, igualmente, os limites de que trata o caput.

Art. 12. O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo até o dia 20 de cada mês.

§1º. As arrecadações de imposto de renda retido na fonte, rendimentos de aplicações financeiras e outras que venham a ingressar nos cofres públicos por intermédio do Legislativo, serão contabilizadas no Executivo como receita municipal e, concomitantemente, como adiantamento de repasse mensal no Executivo e no Legislativo.

§2º Ao final do exercício financeiro o saldo de recursos em disponibilidade do Legislativo será devolvido ao Poder Executivo, deduzidos os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro considerando-se somente as contas do Poder Legislativo, podendo, ainda, ser contabilizados como adiantamento de repasses do próximo exercício.

Art. 13. A Execução orçamentária do Legislativo será independente, mas integrada ao Executivo para fins de contabilização.

Seção IV

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e avaliação dos Resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos

Art. 14. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 15. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o art. 50, § 3º, da LC nº 101/2000, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos das obras e dos serviços públicos, tais como:

- I – dos programas e das ações previsto no Plano Plurianual;
- II – do m2 das construções e do m2 das pavimentações;
- III – do custo aluno/ano do ensino fundamental, do custo aluno/ano do transporte escolar, do custo aluno/ano do ensino infantil e do custo aluno/ano com merenda escolar;
- IV – do custo da destinação final da tonelada de lixo;
- V – do custo do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo único. Os gastos serão apurados e avaliados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as despesas liquidadas e as metas físicas previstas confrontadas com as realizadas e apuradas ao final do exercício.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ

Projeto de Lei nº /2025

Art. 16. A avaliação dos resultados dos programas de governo se fará de forma contínua pelos órgãos executores e pela Unidade Central de Controle Interno.

§ 1º. A avaliação dos resultados dos programas de governo consistirá em análise sobre o desempenho da gestão governamental através da movimentação dos indicadores de desempenho, conjugando-os com o custo das ações que integram os programas e a sua evolução, em termos de realização dos produtos das ações e o atingimento de suas metas físicas, de forma que permita à administração e à fiscalização externa concluir sobre a eficiência das ações governamentais e a qualidade do gasto público.

§ 2º. A avaliação de que trata o parágrafo anterior se dará através de relatório em que se dará ampla divulgação, inclusive através de publicação na internet.

Seção V

Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art. 17. Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

- I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento com recursos necessários ao término ou a obtenção de uma unidade completa;
- II – estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias para tanto.

Parágrafo único. Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos.

Seção VI

Da Transferência de Recursos para as Entidades da Administração Indireta

Art. 18. O Município poderá efetuar transferências financeiras, autorizadas em lei específica, conforme preconiza a Constituição da República, art. 167, VIII, a entidades da Administração Indireta até os limites necessários à manutenção das entidades ou investimentos previstos e que não haja suficiente disponibilidade financeira, respeitados os limites orçamentários das entidades.

Art. 19. A lei orçamentária reservará recursos para a transferência financeira a consórcios públicos que fizer parte em conformidade com o respectivo contrato de rateio.

Seção VII

Das Transferências de Recursos para o Setor Privado



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ

Projeto de Lei nº /2025

Art. 20. Somente será autorizada a transferência de recursos a título de subvenções sociais, auxílios ou contribuições a entidades privadas ou a pessoas físicas, se observadas as seguintes condições:

- I** - declaração de funcionamento regular pelo período mínimo de seis meses;
- II** - plano de aplicação dos recursos solicitados;
- III** - comprovação que a entidade não visa lucro e que os resultados são investidos para atender suas finalidades;
- IV** - Comprovação de que os cargos de direção não são remunerados;
- V** - balanço e demonstrações contábeis do último exercício;
- VI** - comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal, a previdência social e o Fundo de Garantia.

§1º. Em caso de pessoa física o pedido deverá conter, exclusivamente, o plano de aplicação com a motivação do pedido, documento de identidade e CPF do solicitante.

§2º. Ocorrendo o deferimento por parte do Executivo este solicitará, através de projeto de lei, autorização formal ao Legislativo.

Seção VIII Dos Créditos Adicionais

Art. 21. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com a classificação da estrutura programática da mesma forma que apresentado na lei orçamentária anual, observado o art. 12 da LC no 101.

§1º. Os créditos adicionais especiais e extraordinários, se abertos nos últimos quatro meses do exercício imediatamente anterior, poderão ser reabertos pelos seus saldos, no exercício a que se refere esta Lei, por decreto do Poder Executivo, mediante a indicação de recursos do exercício em que o crédito for aberto, desde que exista previsão na lei que dispõe sobre o plano plurianual e no anexo de metas e prioridades desta Lei.

§2º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais:

- I** - as exposições dos motivos que os justifiquem;
- II** - as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais;
- III** - memória de cálculo em caso de excesso de arrecadação ou superávit financeiro do exercício anterior, separando os recursos conforme sua destinação e fonte.

Seção IX Da Transposição, Remanejamento e Transferência



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ

Projeto de Lei nº /2025

Art. 22. Fica o Poder Executivo, mediante decreto, autorizado a efetuar transposição, remanejamento e transferências de dotações orçamentárias.

§1º. A transposição, remanejamento e transferência são instrumentos de flexibilização orçamentária, diferenciando-se dos créditos adicionais que têm a função de corrigir o planejamento.

§2º. Para efeitos desta Lei entende-se como:

I – Transposição – o deslocamento de excedentes de dotações orçamentárias de categorias de programação, até o nível de elemento, totalmente concluídas no exercício para outras incluídas como prioridade no exercício;

II – Remanejamento – deslocamento de créditos e dotações relativos à extinção, desdobramento ou incorporação de unidades orçamentárias à nova unidade ou, ainda, de créditos ou valores de dotações relativas a servidores que haja alteração de lotação durante o exercício;

III – Transferência – deslocamento permitido de dotações atribuídas a créditos orçamentários de um mesmo programa de governo.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO

Seção I

Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Art. 23. A compensação de que trata o art. 17, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo, Administrações Indiretas e Poder Legislativo, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão de cada órgão ou entidade.

Parágrafo único. O Poder Legislativo e o Executivo, inclusive as entidades da Administração Indireta, manterão controles sobre os valores já aproveitados da margem de expansão.

Seção II

Das Despesas com Pessoal

Art. 24. O Poder Executivo e Legislativo publicarão tabela de cargos efetivos, empregos públicos, cargos comissionados, funções e demais espécies remuneratórias integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos ocupados e vagos.

Art. 25. Os projetos de lei sobre criação ou transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ

Projeto de Lei nº /2025

acompanhados, além de previsão específica nesta Lei, de impacto orçamentário e financeiro com as seguintes informações:

- I** - demonstrativo do cálculo que demonstre a situação orçamentária e financeira antes e depois da tomada de decisão sobre a nova despesa;
- II** - declaração do ordenador de despesas de que existe dotação suficiente e recursos financeiros para atendimento da despesa, com as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelece o art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000;
- III** - comprovação da não-afetação das metas fiscais para o exercício;
- IV** - medidas de compensação ou comprovação do aproveitamento da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 26. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, o planejamento relativo às admissões e aumentos remuneratórios da despesa com pessoal ficam estabelecidos nos termos do anexo VII a esta Lei.

Art. 27. No exercício de 2026 a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver ultrapassado os 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento), respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais, de risco ou de prejuízo para a sociedade, dentre estes:

- I** - situações de emergência ou calamidade pública;
- II** - situações em que possam estar em risco a segurança de pessoas ou bens;
- III** - a relação custo-benefício se revelar favorável em relação a outra alternativa possível em situações momentâneas;

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 28. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, serão contingenciadas as dotações orçamentárias de forma a restabelecer a previsão sem as alterações na legislação.

CAPÍTULO VI DAS METAS FISCAIS

Art. 29. As metas de resultado fiscal nominal e primário, fixadas nesta lei:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ

Projeto de Lei nº /2025

I – poderão ser atualizadas pela lei orçamentária anual;

II – em sua execução admite-se variação em seu cumprimento em até 10% das metas fixadas.

Art. 30. A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar no 101, de 2000, será efetivada, separadamente, por cada Poder do Município.

§1º. Constitui critérios para a limitação de empenho e movimentação financeira, a seguinte ordem de prioridade:

I – No Poder Executivo:

- a) Diárias;
- b) Serviço extraordinário;
- c) Convênios;
- d) Realização de obras;
- e) Redução de despesas com aquisição de equipamentos e material permanente.

II – No Poder Legislativo

- a) Diárias;
- b) Realização de serviço extraordinário;

§2º. Em não sendo suficiente ou inviável sob o ponto de vista de administração, a limitação de empenho poderá ocorrer sobre outras despesas, com exceção:

I – das despesas com pessoal e encargos;

II – das despesas necessárias para o atendimento à saúde da população e ao atendimento do mínimo constitucional na manutenção e desenvolvimento do ensino;

§3º. Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Legislativo, até o vigésimo dia do mês subsequente ao final do bimestre, acompanhado dos parâmetros adotados e das estimativas de receitas e despesas, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§4º. O Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato, até o final do mês em que ocorreu a comunicação, estabelecendo os montantes a serem limitados de empenho e movimentação financeira.

§5º. Não ocorrendo a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata este artigo, fica a cargo da coordenação do sistema de controle interno a comunicação ao Tribunal de Contas do Estado, conforme atribuição prevista no art. 59, caput e inciso I da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 74, §1º da Constituição da República.

§6º. Cessada a causa da limitação referida neste artigo, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados serão de forma proporcional às reduções efetivadas.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ**

Projeto de Lei nº /2025

Art. 31. O Poder Executivo e Legislativo manterão sistema integrado de execução, fiscalização e acompanhamento do orçamento que permita o cumprimento do Art. 166, §1º, II da Constituição da República.

Art. 32. Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:

- I** – Ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;
- II** – A possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;
- III** – A cedência de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no Município;

Art. 33. Se o projeto de lei orçamentária não for publicado até 31 de dezembro de 2025, até que este ocorra, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de despesas correntes da Administração do Poder Executivo e Legislativo, bem como das entidades da Administração Indireta, nos limites estritamente necessários para a manutenção dos serviços essenciais e que estejam contemplados nas ações de que trata esta Lei.

Art. 34. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL em, 30 de junho de 2025.

CELSO BASSANI BARBOSA
Prefeito Municipal

ERALDO VIEIRA BREHM
Secretário de Administração

Registre-se e Publique-se.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ**

Projeto de Lei nº /2025

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhores Vereadores

O Executivo Municipal, por meio deste Projeto de Lei, submeter à apreciação desta Casa Legislativa o Projeto de Lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026, em conformidade com o disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal e legislação correlata.

O presente Projeto estabelece as metas e prioridades do Município para o próximo exercício, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, dispõe sobre a estrutura e organização do orçamento, e trata das diretrizes para a execução das despesas, inclusive com pessoal, bem como da política fiscal e da gestão da dívida pública, buscando o equilíbrio entre receitas e despesas.

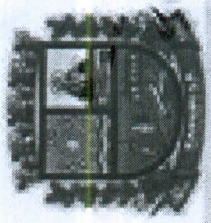
A proposta foi elaborada com base nas premissas macroeconômicas atualizadas, observando a responsabilidade fiscal, a sustentabilidade das contas públicas e o compromisso com a eficiência na aplicação dos recursos, visando à continuidade das ações governamentais, ao atendimento das demandas da sociedade e ao fortalecimento das políticas públicas essenciais.

Submeto, assim, o presente Projeto de Lei à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal.

Xangri-Lá, 30 de Junho de 2025.

CELSO BASSANI BARBOSA

Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LA

94436474/0001-24

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS 2026

AMF - Demonstrativo 1 (LRF - art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2026				2027				2028			
	Valor Corrente (e)	Valor Constante	(e/PIB)x100	(e/RCL)x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	(b/PIB)x100	(b/RCL)x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	(c/PIB)x100	(c/RCL)x100
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	301.907.938,45	288.895.706,30	95.669.315,88	109,44	313.984.255,99	301.424.865,75	101.444.178,17	108,92	325.915.657,71	313.530.862,72	106.773.021,19	108,19
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	258.526.394,56	247.383.906,95	53.184.207,78	93,72	268.867.450,34	258.112.762,33	58.129.272,60	93,27	279.084.413,46	268.479.205,74	62.662.407,24	92,64
Receitas Primárias Correntes	257.447.826,76	246.351.825,43	52.127.927,49	93,32	267.745.739,83	257.035.910,24	57.052.361,59	92,88	277.920.077,95	267.359.114,98	61.596.458,91	92,26
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	160.490.418,30	153.573.281,27	57.174.045,93	58,18	166.910.035,03	160.233.633,63	60.243.889,24	57,90	173.252.616,36	166.669.015,94	63.078.634,38	57,51
Transferências Correntes	90.607.811,73	86.702.615,04	88.735.492,83	32,85	94.232.124,20	90.462.839,23	90.468.629,22	32,69	97.812.944,92	94.066.053,01	92.067.907,49	32,47
Demais Receitas Primárias Correntes	6.349.596,74	6.075.929,12	6.218.388,73	2,30	6.603.580,61	6.339.437,38	6.339.843,13	2,29	6.854.516,67	6.594.045,04	6.451.917,05	2,28
Receitas Primárias de Capital	1.078.567,80	1.032.081,53	1.056.280,28	0,39	1.121.710,51	1.076.842,09	1.076.911,01	0,39	1.164.335,51	1.120.090,76	1.095.948,33	0,39
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	331.672.863,32	317.377.762,92	24.819.178,66	120,23	344.939.777,86	331.142.186,74	131.163.381,20	119,66	358.047.489,42	344.441.684,82	37.017.591,09	118,85
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	326.440.967,68	312.371.361,97	19.695.394,85	118,33	339.498.606,39	325.918.662,13	125.339.522,26	117,77	352.369.553,43	339.008.370,40	31.701.386,89	116,98
Despesas Primárias Correntes	251.881.295,57	241.025.211,73	48.676.423,04	91,31	261.956.547,39	251.478.285,49	51.494.381,13	90,87	271.910.886,19	261.578.282,14	55.940.226,08	90,28
Pessoal e Encargos Sociais	130.327.407,90	124.710.296,62	27.634.323,67	47,24	135.540.504,21	130.118.884,05	30.127.212,19	47,02	140.691.043,37	135.344.783,73	32.427.563,42	46,70
Outras Despesas Correntes	121.553.887,67	116.314.915,11	19.042.099,37	44,06	126.416.043,18	121.359.401,45	21.367.168,95	43,85	131.219.852,82	126.233.498,41	23.512.662,67	43,56
Despesas Primárias de Capital	70.738.383,57	67.689.559,24	69.276.646,33	25,64	73.567.918,91	70.625.202,16	70.629.722,46	25,52	76.363.499,83	73.461.686,84	71.878.294,27	25,35
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	3.821.288,54	3.656.591,01	3.742.325,48	1,39	3.974.140,08	3.815.174,48	3.815.418,67	1,38	4.125.157,41	3.968.401,43	3.862.866,54	1,37
Recetta Total(COM FONTES RPPS)	50.976.638,49	48.779.545,37	49.923.257,75	18,48	53.015.704,03	50.895.075,87	50.898.333,36	18,39	55.030.300,78	52.939.149,35	51.798.099,38	18,27
Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	41.136.095,13	39.363.129,43	40.266.069,28	14,91	42.781.538,93	41.070.277,37	41.072.895,04	14,84	44.407.237,41	42.719.762,39	41.798.981,00	14,74
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	14.766.676,31	14.130.232,56	14.461.537,86	5,35	15.357.343,36	14.743.049,63	14.743.993,24	5,33	15.940.922,41	15.335.167,36	15.004.633,29	5,29
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	14.766.676,31	14.130.232,56	14.461.537,86	5,35	15.357.343,36	14.743.049,63	14.743.993,24	5,33	15.940.922,41	15.335.167,36	15.004.633,29	5,29
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(II)-(IV)	-67.914.573,12	-64.987.455,02	66.511.187,07	-24,62	-70.631.156,04	-67.805.909,80	67.810.249,66	-24,50	-73.315.139,97	-70.528.164,65	69.008.979,64	-24,34
Resultado Primário(COM RPPS) - Acima da Linha(V)=(II)-(IV)	-41.545.154,30	-39.754.558,15	40.686.685,66	-15,06	-43.206.960,47	-41.478.682,06	41.481.336,86	-14,99	-44.848.824,97	-43.144.569,62	42.214.631,94	-14,89
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos(Exceito RPPS)	-1,00	-0,96	-0,98	0,00	-1,04	-1,00	-1,00	0,00	-1,08	-1,04	-1,02	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos(Exceito RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada(DC)	4.000.000,00	3.827.600,00	3.917.344,04	1,45	4.160.000,00	3.993.600,00	3.993.655,61	1,44	4.318.080,00	4.153.992,96	4.064.457,83	1,43
Dívida Consolidada Líquida(DCL)	1.500.000,00	1.435.350,00	1.469.004,02	0,54	1.560.000,00	1.497.600,00	1.497.695,95	0,54	1.619.280,00	1.557.747,36	1.524.171,69	0,54
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LA**

94436474/0001-24

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

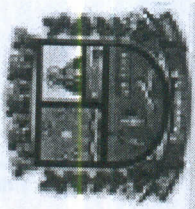
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2026**

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para
Aumento Permanente da Receita	12.000.000,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	12.000.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	12.000.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	6.000.000,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	12.000.000,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [21860], PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LA



PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LA

94436474/0001-24

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2026

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMAS BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2026	2027	2028	
Cota-Parte IPVA		Devolução IPVA Lei 57/1993 190.000,00 220.000,00 240.000,00 Aumento de arrecadação com Incentivo Divida Ativa	280.000,00	300.000,00	310.000,00	Aumento de arrecadação com Incentivo
Divida Ativa		Benefícios para pagamentos de Benefícios para pagamentos de débitos fiscais 850.000,00 870.000,00 890.000,00 Lei 499/2020	950.000,00	980.000,00	1.000.000,00	Aumento de arrecadação pelo benefício deredução de multa e juros
ITBI		Incentivo ITBI	400.000,00	400.000,00	400.000,00	

R\$ 1,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [21860], PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LA**

94436474/0001-24

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2026

ARF - Demonstrativo (LRF, art 4o, § 3º)

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
PASSIVOS CONTINGENTES	1.000.000,00	PASSIVOS CONTINGENTES	1.000.000,00
Demandas Judiciais	1.000.000,00	Previsão orçamentária para sentenças judiciais cfe	1.000.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	5.100.000,00	DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	4.100.000,00
Frustração de Arrecadação	1.800.000,00	Cobertura pela reserva de contingência	1.800.000,00
Restituição de Tributos a Maior	300.000,00	Cobertura pela reserva de contingência	300.000,00
Discrepância de Projeções:	2.000.000,00	Cobertura pela reserva de contingência	2.000.000,00
Outros Riscos Fiscais	1.000.000,00	Cobertura pela reserva de contingência	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LA

94436474/0001-24

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2026

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

REGIME NORMAL						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	43.968.774,04	0,00	203.350.577,19	0,00	191.729.433,51	0,00
TOTAL	43.968.774,04	0,00	203.350.577,19	0,00	191.729.433,51	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		%		%		%
Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	171.029.044,98	0,00	145.254.483,33	0,00	-37.070.551,41	0,00
TOTAL	171.029.044,98	0,00	145.254.483,33	0,00	-37.070.551,41	0,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LA**

94436474/0001-24

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2026

ARF - Demonstrativo (LRF, art 4o, § 3º)

R\$ 1,

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
PASSIVOS CONTINGENTES	1.000.000,00	PASSIVOS CONTINGENTES	1.000.000,00
Demandas Judiciais	1.000.000,00	Previsão orçamentária para sentenças judiciais cfe	1.000.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	5.100.000,00	DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	4.100.000,00
Frustração de Arrecadação	1.800.000,00	Cobertura pela reserva de contingência	1.800.000,00
Restituição de Tributos a Maior	300.000,00	Cobertura pela reserva de contingência	300.000,00
Discrepância de Projeções:	2.000.000,00	Cobertura pela reserva de contingência	2.000.000,00
Outros Riscos Fiscais	1.000.000,00	Cobertura pela reserva de contingência	0,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ**

94436474/0001-24

Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos para o Exercício

LDO - 2026

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS.**PROGRAMA: 0000 AÇÕES NÃO INTEGRANTES DO PPA**

Objetivo: Custar as despesas relativas a ações judiciais promovidas contra o município. Assegurar recursos destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, bem como, para cobertura de créditos adicionais.

Justificativa: Poderes Executivo e Legislativo Municipal

Público Alvo: Poderes Executivo e Legislativo Municipal

Estratégia:

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA: 2026
60.284.793,50

Indicador: Indicador

Sigla: UN

Descr.Uni.Medida: UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	

PROGRAMA: 0001 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO EXECUTIVO

Objetivo: Garantir eficiência, eficácia e efetividade dos órgãos administrativos. Qualificar a Gestão Administrativa e financeira pela eficiência do controle de GASTO PÚBLICO, incremento de receitas e prospecção de novas fontes de recursos. Promover a qualificação de área de tecnologia, informação e comunicação. Buscar alternativas externas para uma gestão Administrativa eficiente, mediante a contratação de consultorias especializadas para auxiliar na Gestão, Planejamento e na elaboração de Projetos do município.

Justificativa: Servidores do quadro administrativo do Executivo.

Público Alvo: Servidores do quadro administrativo do Executivo.

Estratégia:

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA: 2026
96.395.259,95

Indicador: Indicador

Sigla: UN

Descr.Uni.Medida: UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	

PROGRAMA: 0002 DESENVOLVIMENTO, MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA AÇÃO LEGISLATIVA

Objetivo: Desenvolver um planejamento organizacional para assegurar e ampliar os sistemas administrativos de forma integrada, objetivando a otimização dos fluxos de trabalho padronizados e capacitados de forma tecnológica e funcional para atendimento das atividades parlamentares.

Justificativa: Servidores e Agentes Políticos

Público Alvo: Servidores e Agentes Políticos

Estratégia:

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA: 2026
13.368.337,00

Indicador: Indicador

Sigla: UN

Descr.Uni.Medida: UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	

PROGRAMA: 0003 MANUTENÇÃO DO PREV-XANGRI-LÁ

Objetivo: Aplicar os recursos e a manutenção das atividades do Fundo de Aposentadoria e Pensão dos servidores municipais.

Justificativa: Segurados do Executivo e Legislativo municipal

Público Alvo: Segurados do Executivo e Legislativo municipal

Estratégia:

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA: 2026
1.995.000,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ**

94436474/0001-24

Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos para o Exercício

LDO - 2026

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS

Indicador: Indicador			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	
PROGRAMA: 0004 SEGURANÇA PÚBLICA			
Objetivo: Proporcionar segurança ao município, atuando de forma preventiva e comunitária em ações de segurança, promovendo a prevenção à violência e a integração entre os órgãos do município, os órgãos de segurança, do governo estadual e sociedade municipal através de convênios facilitadores na prestação dos serviços necessários, mapeamento de áreas de risco e ampliação dos equipamentos eletrônicos de segurança nos órgãos.			
Justificativa: Justificativa do Programa			
Público Alvo: População em Geral			
Estratégia:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:		2026	
		9.356.262,00	
Indicador: Indicador			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	
PROGRAMA: 0005 MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA			
Objetivo: Implementar uma estrutura administrativa qualificativa, visando uma maior satisfação do servidor e contribuinte. Fomentar o uso de energias limpas, visando à racionalização de gastos em energia elétrica, colaborando para potencializar a auto-sustentabilidade urbana.			
Justificativa: Justificativa do Programa			
Público Alvo: Servidores e Contribuintes			
Estratégia:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:		2026	
		52.925,00	
Indicador: Indicador			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	
PROGRAMA: 0006 PROGRAMA DE APOIO AO ESTUDANTE			
Objetivo: Implementar políticas públicas educacionais, visando ao atendimento e apoio aos alunos garantindo oportunidades de acesso, permanência e sucesso escolar.			
Justificativa: Justificativa do Programa			
Público Alvo: Estudantes das redes municipais e estaduais			
Estratégia:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:		2026	
		0,00	
Indicador: Indicador			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	
PROGRAMA: 0007 MAIS CULTURA XANGRI-LÁ			
Objetivo: Promover o acesso a bens e serviços culturais à população, garantindo o pleno e efetivo exercício dos direitos de fruição e expressão simbólicas.			
Justificativa: Justificativa do Programa			
Público Alvo: População em Geral.			
Estratégia:			

**PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LA**

94436474/0001-24

Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos para o Exercício

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS

LDO - 2026

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:**2026**
0,00**Indicador:** Indicador**Sigla:** UN**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	

PROGRAMA: 0008 INCENTIVO AO ESPORTE**Objetivo:** Difundir o esporte e o lazer como fator de desenvolvimento humano e cidadania.**Justificativa:** Justificativa do Programa**Público Alvo:** Público no Geral.**Estratégia:****CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:****2026**
470.197,00**Indicador:** Indicador**Sigla:** UN**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	

PROGRAMA: 0009 MOBILIDADE URBANA**Objetivo:** Qualificar a circulação e o transporte, proporcionando os deslocamentos no município e atendendo às distintas necessidades da população, capacitação da malha viária, dos sistemas de transporte, dos sistemas operacionais de tráfego e dos equipamentos de apoio.**Justificativa:** Justificativa do Programa**Público Alvo:** População no Geral.**Estratégia:****CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:****2026**
8.295.840,00**Indicador:** Indicador**Sigla:** UN**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	

PROGRAMA: 0010 XANGRI-LA MAIS BELA**Objetivo:** Regularizar os passeios e calçadas, revitalizar as praças e jardins e demais áreas de responsabilidade do poder público. Criar departamento para produção de artefatos de cimento em geral. Abir novas ruas. Revitalizar os bens públicos, sua conservação e manutenção. Implantar a coleta seletiva de forma eficiente. Implantar usina de reciclagem para um melhor aproveitamento do lixo reciclável, bem como a compostagem do lixo não reciclável. Administrar, executar e fiscalizar os serviços de limpeza urbana, otimizando os serviços de recolhimento de resíduos sólidos urbanos, varrição, capina, e disposição dos mesmos, buscando dar respostas às necessidades da população. Administrar, conservar, regularizar e ampliar as instalações nos cemitérios municipais melhorando as condições de acesso e utilização pela comunidade. Contribuir para uma maior segurança e satisfação aos cidadãos no período noturno, com seus pontos de iluminação conservados.**Justificativa:** Justificativa do Programa**Público Alvo:** Público no Geral.**Estratégia:****CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:****2026**
7.051.015,00**Indicador:** Indicador**Sigla:** UN**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	

PROGRAMA: 0011 PROMOÇÃO DO TURISMO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LA**

94436474/0001-24

Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos para o Exercício

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS

LDO - 2026

Objetivo: Desenvolver iniciativas de promoção do turismo no município.**Justificativa:** Justificativa do Programa**Público Alvo:** Turistas da região.**Estratégia:**
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA: 2026
5.105.266,00**Indicador:** Indicador**Sigla:** UN**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	

PROGRAMA: 0012 ATENÇÃO BÁSICA**Objetivo:** Garantir o acesso da população à atenção básica à saúde do SUS, com acolhimento, qualidade e resolutividade.**Justificativa:** Justificativa do Programa**Público Alvo:** Público no Geral**Estratégia:**
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA: 2026
18.853.896,00**Indicador:** Indicador**Sigla:** UN**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	

PROGRAMA: 0013 MAC ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR E REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA**Objetivo:** Utilizar de recursos tecnológicos para o apoio, diagnóstico e tratamento em conjunto com profissionais especializados inclusive de alto custo integrando-os aos demais níveis de atenção à saúde.**Justificativa:** Justificativa do Programa**Público Alvo:** Público no geral**Estratégia:**
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA: 2026
30.644.213,00**Indicador:** Indicador**Sigla:** UN**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	

PROGRAMA: 0014 VIGILÂNCIA EM SAÚDE**Objetivo:** Garantir o acesso da população à atenção básica à saúde do SUS, com acolhimento, qualidade e resolutividade.**Justificativa:** Justificativa do Programa**Público Alvo:** Público no geral**Estratégia:**
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA: 2026
2.359.519,00**Indicador:** Indicador**Sigla:** UN**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	

PROGRAMA: 0015 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**Objetivo:** Garantir à população o acesso a todos os medicamentos listados na REMUME- Relação de Municipal de Medicamentos**Justificativa:** Justificativa do Programa



PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LA

94436474/0001-24

Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos para o Exercício
DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS

LDO - 2026

Público Alvo: Público no geral

Estratégia:

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:

2026
764.973,00

Indicador: Indicador			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	

PROGRAMA: 0016 ATENÇÃO A SAÚDE MENTAL

Objetivo: Contribuir para a construção da política de saúde mental no município, na promoção da saúde com ênfase no atendimento aos portadores de sofrimento psíquico grave, na redução das internações psiquiátricas e na redução do consumo de substâncias psicoativas.

Justificativa: Justificativa do Programa

Público Alvo: Público em geral

Estratégia:

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:

2026
0,00

Indicador: Indicador			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	

PROGRAMA: 0017 PROTEÇÃO BÁSICA SCFV/3ª IDADE/CRAS/IGD BOLSA/IGD SUAS

Objetivo: Garantir a prevenção de situações de risco e fortalecimento de vínculos familiares.

Justificativa: Justificativa do Programa

Público Alvo: Público no geral

Estratégia:

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:

2026
1.131.074,00

Indicador: Indicador			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	

PROGRAMA: 0018 PROTEÇÃO ESPECIAL

Objetivo: Acolher e proteger crianças e adolescentes em situações de risco num período provisório.

Justificativa: Justificativa do Programa

Público Alvo: Público no geral

Estratégia:

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:

2026
810.600,00

Indicador: Indicador			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	

PROGRAMA: 0019 INFRAESTRUTURA PÚBLICA PARA A EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA E O DESENVOLVIMENTO URBANO

Objetivo: Promover a modernização, ampliação e requalificação da infraestrutura pública municipal, com foco na melhoria da eficiência administrativa, na valorização dos espaços públicos e na oferta de serviços de qualidade à população.

Justificativa: A modernização da infraestrutura pública é essencial para garantir a eficiência da gestão municipal, a qualidade dos serviços prestados à população e o desenvolvimento urbano sustentável. Nesse contexto, a

**PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LA**

94436474/0001-24

Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos para o Exercício

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS

LDO - 2026

Público Alvo: Público no geral

Estratégia:
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA: 2026
764.973,00

Indicador: Indicador			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	

PROGRAMA: 0016 ATENÇÃO A SAÚDE MENTAL

Objetivo: Contribuir para a construção da política de saúde mental no município, na promoção da saúde com ênfase no atendimento aos portadores de sofrimento psíquico grave, na redução das internações psiquiátricas e na redução do consumo de substâncias psicoativas.

Justificativa: Justificativa do Programa

Público Alvo: Público em geral

Estratégia:
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA: 2026
0,00

Indicador: Indicador			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	

PROGRAMA: 0017 PROTEÇÃO BÁSICA SCFV/3ª IDADE/CRAS/IGD BOLSA/IGD SUAS

Objetivo: Garantir a prevenção de situações de risco e fortalecimento de vínculos familiares.

Justificativa: Justificativa do Programa

Público Alvo: Público no geral

Estratégia:
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA: 2026
1.131.074,00

Indicador: Indicador			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	

PROGRAMA: 0018 PROTEÇÃO ESPECIAL

Objetivo: Acolher e proteger crianças e adolescentes em situações de risco num período provisório.

Justificativa: Justificativa do Programa

Público Alvo: Público no geral

Estratégia:
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA: 2026
810.600,00

Indicador: Indicador			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	

PROGRAMA: 0019 INFRAESTRUTURA PÚBLICA PARA A EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA E O DESENVOLVIMENTO URBANO

Objetivo: Promover a modernização, ampliação e requalificação da infraestrutura pública municipal, com foco na melhoria da eficiência administrativa, na valorização dos espaços públicos e na oferta de serviços de qualidade à população.

Justificativa: A modernização da infraestrutura pública é essencial para garantir a eficiência da gestão municipal, a qualidade dos serviços prestados à população e o desenvolvimento urbano sustentável. Nesse contexto, a

**PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LA**

94436474/0001-24

Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos para o Exercício

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS

LDO - 202

5.650.000,00

Indicador: Indicador

Sigla: UN

Descr.Uni.Medida: UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	

PROGRAMA: 0029 MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Objetivo: Promover a modernização da secretaria de administração bem como proporcionar espaço com acesso ao público para o desenvolvimento da leitura, cultura, entre outros. Possibilitando aos munícipes um melhor acessibilidade as demandas da secretaria.

Justificativa: Promover a modernização da secretaria de administração bem como proporcionar espaço com acesso ao público para o desenvolvimento da leitura, cultura, entre outros. Possibilitando aos munícipes um melhor acessibilidade as demandas da secretaria.

Público Alvo: População em geral**Estratégia:****CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:****2026**

1.178.550,00

Indicador: Indicador

Sigla: UN

Descr.Uni.Medida: UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	

PROGRAMA: 0030 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BÁSICO

Objetivo: Garantir o acesso e a permanência, na escola, das crianças do município, provendo a formação básica do cidadão, aprendizado e desenvolvimento social e cultural, provendo recursos para manutenção do patrimônio escolar, aquisição de veículos, material permanente, oportunizando a educação continuada do corpo docente, disponibilizando merenda e transporte escolar, a manutenção dos laboratórios de informática e outras ações julgadas necessária para o pleno funcionamento do ensino fundamental, conforme lei de diretrizes e bases da educação.

Justificativa: Garantir o acesso e a permanência, na escola, das crianças do município, provendo a formação básica do cidadão, aprendizado e desenvolvimento social e cultural, provendo recursos para manutenção do patrimônio escolar, aquisição de veículos, material permanente, oportunizando a educação continuada do corpo docente, disponibilizando merenda e transporte escolar, a manutenção dos laboratórios de informática e outras ações julgadas necessária para o pleno funcionamento do ensino fundamental, conforme lei de diretrizes e bases da educação.

Público Alvo: Publico em geral**Estratégia:****CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:****2026**

67.835.676,00

Indicador: Indicador

Sigla: UN

Descr.Uni.Medida: UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	

PROGRAMA: 0031 ASSISTÊNCIA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Objetivo: Garantir o acesso e a permanência da criança e adolescente, com necessidades especiais ao ensino regular, por meio de parcerias e atendimento municipal de serviços especializados, entre outras ações julgadas para o pleno atendimento das pessoas com necessidades especiais, conforme lei de diretrizes de bases de educação.

Justificativa: Garantir o acesso e a permanência da criança e adolescente, com necessidades especiais ao ensino regular, por meio de parcerias e atendimento municipal de serviços especializados, entre outras ações julgadas para o pleno atendimento das pessoas com necessidades especiais, conforme lei de diretrizes de bases de educação.

Público Alvo: Munícipes com necessidades especiais**Estratégia:****CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:****2026**

1.167.309,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LA**

94436474/0001-24

Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos para o Exercício

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS

LDO - 2026

Indicador: Indicador			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	

PROGRAMA: 0032 ASSISTÊNCIA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Objetivo: Garantir o acesso do jovem e adulto ao ensino regular, promovendo a formação básica do cidadão, aprendizado e o desenvolvimento cultural e social do cidadão, conforme lei de diretrizes e bases da educação.

Justificativa: Garantir o acesso do jovem e adulto ao ensino regular, promovendo a formação básica do cidadão, aprendizado e o desenvolvimento cultural e social do cidadão, conforme lei de diretrizes e bases da educação.

Público Alvo: Municípios**Estratégia:** 2026
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA: 101.775,00

Indicador: Indicador			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	

PROGRAMA: 0033 DESENVOLVIMENTO CULTURAL

Objetivo: Garantir e fomentar, valorizar e preservar a cultura e o patrimônio cultural do município através de eventos, comemoração de datas que tenham o resgate da história do município do estado e do país, entre outros.

Justificativa: Garantir e fomentar, valorizar e preservar a cultura e o patrimônio cultural do município através de eventos, comemoração de datas que tenham o resgate da história do município do estado e do país, entre outros.

Público Alvo: Público em Geral**Estratégia:** 2026
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA: 585.689,00

Indicador: Indicador			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	

PROGRAMA: 0034 RESERVAS ORÇAMENTÁRIAS/FINANCEIRAS LEGAIS

Objetivo: Garantir e assegurar recursos destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, bem como, para cobertura de créditos adicionais.

Justificativa: Garantir e assegurar recursos destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, bem como, para cobertura de créditos adicionais.

Público Alvo: Público em Geral**Estratégia:** 2026
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA: 7.087.455,74

Indicador: Indicador			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	

PROGRAMA: 0035 PROTEÇÃO AMBIENTAL

Objetivo: Visa o atendimento das atividades do Meio Ambiente, como pagamento de pessoal e encargos, diárias, material de consumo, equipamento e material permanente, serviços de terceiros, coleta de lixo, entre outros.

Justificativa: Visa o atendimento das atividades do Meio Ambiente, como pagamento de pessoal e encargos, diárias, material de consumo, equipamento e material permanente, serviços de terceiros, coleta de lixo, entre outros.

Público Alvo: Público em Geral

**PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LA**

94436474/0001-24

Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos para o Exercício

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS

LDO - 2026

Estratégia:
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA: 2026
7.854.196,00

Indicador: Indicador			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	

PROGRAMA: 0036 ASSISTÊNCIA AO ALUNO DE ENSINO SUPERIOR

Objetivo: Auxiliar os estudantes de Ensino Superior, como conceder subsídios para o transporte escolar, entre outros.

Justificativa: Auxiliar os estudantes de Ensino Superior, como conceder subsídios para o transporte escolar, entre outros.

Público Alvo: Público em Geral

Estratégia:
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA: 2026
0,00

Indicador: Indicador			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2026	
1	1	1	

TOTAL DOS PROGRAMAS:

2026	
349.204.051,19	



PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LA

94436474/0001-24

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2026

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2024 (a)	2023 (b)	2022 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	3.720.615,09	6.818.453,53	15.461,08
Alienação de Bens Móveis	219.115,37	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	3.501.499,72	6.818.453,53	15.461,08
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS EXECUTADAS	(d)	(e)	(f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	10.321.218,62	2.020.738,44	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	10.321.218,62	2.020.738,44	0,00
Investimentos	8.593.481,87	820.738,44	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.727.736,75	1.200.000,00	0,00
DESPESAS CORRENTES REGIMES PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
VALOR(III)	(g) = ((Ia - IId) + IIIf)	(h) = ((Ib - IIf) + IIIf)	(i) = (Ic - IIIf)
	-1.787.427,36	4.813.176,17	15.461,08

FONTE: SCPI - Contabilidade [21860], PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LA



PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LA

94436474/0001-24

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2026

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em (b)	% PIB	% RCL	Variação Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	218.184.700,00	213.676.133,58	98,37	250.197.415,83	242.674.506,14	96,41	32.012.715,83	14,67
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	215.440.977,00	210.989.106,85	97,14	245.742.179,09	238.363.228,99	94,70	30.301.202,09	14,06
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	338.009.274,28	331.024.654,08	152,40	308.708.930,58	299.426.702,79	118,96	-29.300.343,70	-8,67
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	249.684.314,52	244.534.633,75	112,58	241.020.651,92	233.773.668,21	92,88	-8.673.662,60	-3,47
Receita Total(COM FONTES RPPS)	38.509.003,00	37.713.253,35	17,36	43.977.963,60	42.655.638,60	16,95	5.468.980,60	14,20
Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	38.509.003,00	37.713.253,35	17,36	43.977.963,60	42.655.638,60	16,95	5.468.980,60	14,20
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	837.078,00	819.780,63	0,38	0,00	0,00	0,00	-837.078,00	-100,00
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	837.078,00	819.780,63	0,38	0,00	0,00	0,00	-837.078,00	-100,00
Resultado Primário(SEM RPPS) - Adma de Linha(V)=(I-IV)	-34.253.337,52	-33.545.526,90	-15,44	4.721.527,17	4.579.560,79	1,82	38.974.864,69	-113,78
Resultado Primário(COM RPPS) - Adma de Linha(VI)=(V)-(II-IV)	3.418.587,48	3.347.945,82	1,54	48.699.490,77	47.235.199,58	18,77	45.280.903,29	1.324,55
Dívida Pública Consolidada(DCL)	17.707.341,24	17.341.436,92	7,98	-26.993.380,25	-26.181.746,12	-10,40	-44.700.721,49	-252,44
Dívida Consolidada Líquida(DCL)	-10.351.706,13	-10.137.798,58	-4,67	-41.908.087,66	-40.647.999,67	-16,15	-31.556.381,53	304,84
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	-41.908.087,66	-41.042.099,36	-18,90	-41.908.087,66	-40.647.999,67	-16,15	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ - RS

AV. ELMAR RICARDO WAGNER, 854 - CNPJ 94.436.474/0001-24

XANGRI-LÁ - RS - CEP:9588-000

FONE: (51) 3689 0600 - WWW.XANGRILA.RS.GOV.BR



CÓDIGO DE ACESSO

F3C38665395044698E2A06DAF86899DF

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- ✓ Assinante: CELSO BASSANI BARBOSA em 30/06/2025 17:14:20
CPF:***.***-.310-53
Certificadora: PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ - CA
- ✓ Assinante: ERALDO VIEIRA BREHM em 30/06/2025 17:31:32
CPF:***.***-.690-15
Certificadora: PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://xangrila.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F3C38665395044698E2A06DAF86899DF>